A tragédia da Piedade: o grande drama da República

Arno Vogel
UENF

Regiane Ferreira
UENF

Introdução

Em 1909, o Brasil caminhava para as comemorações de seus vinte anos de República. Muita coisa tinha acontecido no decorrer dessas duas décadas sob um regime novo. Era uma República, tanto quanto possível modelada pelos sonhos dos muitos discípulos de Augusto Comte, que, atravessando o Atlântico, tinham aportado um vasto material de pensamento e propaganda. Este logo floresceu nos círculos de conversas e nas tertúlias da intelectualidade. A classe que essas ideias novas encontraram nesse recém-constituído circuito de sociabilidades era uma classe descontente com o antigo regime: a classe militar. Cansados e inconformados com a posição de subalternidade que esse circuito lhes reservava, lutavam em favor de uma ascensão em bloco do seu grupo social.

Dela fazia parte Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, aspirante do Exército brasileiro e redator do jornal *A Província de São Paulo*. Era estrela de primeira grandeza no firmamento literário nacional, graças ao seu já então famoso livro *Os sertões*, um ensaio sociológico da guerra de Canudos que bem se podia considerar "um poema épico em prosa" (Coutinho, 1966:13). Era homem de ciência, geógrafo, etnógrafo, filósofo, historiador, e um magnífico estilista. Naquele momento, entretanto, era sobretudo o protagonista de um escândalo de grandes dimensões que, em 1909, abalou o país inteiro, culminando com sua morte após trocar tiros com o jovem aspirante do Exército Dilermando de Assis, amante de sua esposa, Anna Emília.

Euclides era casado com Anna Emília Solon Ribeiro, filha do Marechal Solon Ribeiro, o qual tinha lutado na Guerra do Paraguai e sido uma das figuras emblemáticas da Proclamação da República. Apesar dos méritos inegáveis conquistados nas campanhas militares do Prata e na Tríplice Aliança, o exército não teve garantido o prestígio e a posição almejada. Inspirados na Revolução Francesa, haviam desafiado e finalmente golpeado o regime monárquico.

Anuário Antropológico/2014, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 1: 165-201

O drama trágico que acabaria destruindo a vida do casal teve início quando Anna encontrou Dilermando, sobrinho de umas amigas. Encantada com o garbo, a beleza e a juventude do jovem aspirante, envolveu-se num romance extraconjugal com ele. Quando o caso veio a público, pôs em questão a honorabilidade de sua família inteira, principalmente a do seu marido. A crise conjugal agravou-se porque os mecanismos de controle social, as intrigas e fofocas, as denúncias à boca pequena e a ação da família e dos amigos não lograram qualquer efeito sobre Anna Emília.

Como a senhora Cunha não ouvia os apelos familiares, Euclides sentia-se cada vez mais pressionado a lavar sua honra e a da família. Com um senso de dever elevado e movido pela saída da esposa de casa para ir ao encontro do amante, no domingo 15 de agosto de 1909, o aspirante encaminhou-se até a casa de Dilermando, aonde chegou anunciando "vim para matar ou morrer". No confronto entre os dois, ocorrido na Piedade, subúrbio do Rio de Janeiro, o escritor terminou sendo morto, passando, a partir daí, a ser santificado pela sociedade por ter morrido em nome de um princípio tão caro a todos — a honra.

Os jornais performaticamente trataram de comunicar "o fato" à capital do país e a toda a população brasileira. A morte de Euclides ficou conhecida a partir de então como a "tragédia da Piedade", em explícita analogia com as tragédias gregas. Chegou-se a invocar diretamente os símbolos da tragédia, por exemplo, a categoria fatalidade. O aprofundamento das investigações revelou que Anna e Dilermando eram, de fato, amantes. Um julgamento de massa pelos jornais aplicou a sentença. Euclides fora canonizado, e o casal adúltero, hostilizado.

O mal-estar social causado pela tragédia perdurou por décadas, agravando-se com a morte de Euclides da Cunha Filho, quando também ele tentava lavar a honra do pai. Em 1916, aconteceu, portanto, uma reprise de 1909. Como Anna e Dilermando fossem impedidos de contar sua versão da história aos jornais, vieram a se publicar livros para restaurar a reputação daqueles que haviam sidos tratados como párias.

Submergir no mundo das relações sociais brasileiras do início do século XX, onde encontramos homens e mulheres que pautam suas condutas pelo valor da honra, é empreender um estudo antropológico. Nesse estudo, utilizam-se materiais históricos e literários com o objetivo de discutir o custo social da honra.

Materiais etnográficos

A título de material etnográfico, reunimos seis livros de épocas distintas, uma coletânea de excertos de Euclides escrita aos seus amigos e um dossiê publicado na *Revista da Biblioteca Nacional*, além de recortes de jornais. Os livros *Anna de Assis:*

história de um trágico amor (1987) e *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna* (1990) constituem uma polêmica entre os descendentes de Euclides da Cunha e Dilermando de Assis. O primeiro foi um depoimento de Judith de Assis, filha de Anna Emília e Dilermando; o segundo foi um depoimento a Adelino Brandão do marido de uma das netas de Euclides, Eliethe da Cunha Tostes, filha de Manoel Afonso.

O próprio Dilermando de Assis escreveu livros em sua autodefesa para restaurar seu prestígio social: *Um conselho de guerra. A morte do aspirante da Marinha: Euclydes da Cunha Filho. Defeza do Tenente Dilermando Cândido de Assis* (1916) e *A tragédia da Piedade: mentiras e calúnias da "A vida dramática de Euclides da Cunha"* (1951), uma resposta aos jornais. Foi editada também a biografia *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), escrita por Eloy Pontes e publicada pela editora José Olympio, dirigida, na época por Gilberto Freyre.

A coletânea *Euclydes da Cunha a seus amigos* (1938), editada por Francisco Venâncio Filho, um dos maiores biógrafos do escritor, traz um conjunto de excertos das cartas escrita por Euclides aos seus amigos, revelando um pouco de sua personalidade e detalhes do mundo social ao qual pertencia.

Já em 2009, foi publicado, em comemoração ao centenário da morte de Euclides, o livro *Matar ou morrer: o caso de Euclides da Cunha*, que se revelou uma rica fonte de análise; e também o "Dossiê Euclides da Cunha", editado pela *Revista de História da Biblioteca Nacional*, que reuniu artigos de autores nacionais e estrangeiros em torno da representação do herói nacional desde o seu nascimento até a sua morte.

Ano	Título	Autor	Editora
1916	Um conselho de guerra. A morte do aspirante da Marinha: Euclydes da Cunha Filho. Defeza do Tenente Dilermando Cândido de Assis	Dilermando de Assis	Tipografia dos Annaes
1938	A vida dramática de Euclides da Cunha	Eloy Pontes	José Olympio
1938	Euclydes da Cunha a seus amigos	Francisco Venâncio Filho	Companhia Editora Nacional
1951	A tragédia da Piedade: mentiras e calúnias da "A vida dramática de Euclides da Cunha"	Dilermando de Assis	O Cruzeiro
1987	Anna de Assis: história de um trágico amor	Jefferson Andrade	Codecri
1990	Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna	Joel Bicalho Tostes em depoimento a Adelino Brandão	Rio Fundo Editora
2009	Matar ou morrer: o caso de Euclides da Cunha	Luiza Nagib Eluf	Saraiva
	Dossiê Euclides da Cunha	Revista de História da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional

Quadro 1: Relação de publicações utilizadas

É importante salientar que os documentos reunidos na obra *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna*, que pertencem aos arquivos pessoais da família Da Cunha, têm um problema. O autor apresenta trechos escritos por Anna que parecem confidências pessoais registradas num diário, mas não revela de forma clara a origem. Ele, às vezes, não inclui as datas das cartas escritas por Euclides da Cunha. Essa situação tornou um pouco difícil a utilização desses documentos, mas não impossível.

Deparamo-nos, ainda, com outro obstáculo, na medida em que não encontramos informações sobre os livros lidos por Anna Emília. Supomos que suas leituras teriam sido os clássicos de sua época: os romances franceses de Honoré de Balzac, de Gustave Flaubert, de Émile Zola e do russo Leon Tolstoi. Apoiando-nos no pressuposto de Victor Turner (1982) de que a problemática abordada nas obras artísticas é um reflexo do social e, ao mesmo tempo, influencia as ações do leitor, quando comparamos alguns depoimentos de Anna com as narrações de Honoré de Balzac, encontramos na senhora Cunha os mesmos dilemas vivenciados pela personagem Julie, do romance *A mulher de trinta anos*.

Nos recortes dos jornais da cidade do Rio de Janeiro, principal meio de comunicação e formação da opinião pública, foram encontradas as notícias da morte de Euclides e de sua grande repercussão. Salientamos que o acontecido apenas ficou conhecido como a "tragédia da Piedade" graças à performance dos jornais.[1] Ao chamá-lo de "tragédia", os periódicos evocaram as tragédias gregas e, com elas, todos os atributos que tem a palavra "tragédia", como a "fatalidade", a "violação da regra" e a "noção de destino", influenciando a interpretação e reflexão dos leitores.

No acervo *on-line* da Biblioteca Nacional, encontramos notícias da época nos jornais que foram preservados. Infelizmente, não foi possível identificar os autores das notícias e, em algumas, o título da matéria. Estima-se que haja muito mais notícias sobre o caso do que foi possível reunir. Temos a relação dos jornais que foram utilizados:

Década	Jornal
1900 a 1919	Gazeta de Noticias
1900 a 1919	Jornal do Brasil
1900 a 1919	O Paiz
1901 a 1919	Correio da Manhã
1906 a 1916	O Seculo
1910 a 1927	A Rua
1912 a 1919	A Epoca
1911 a 1919	A Noite

Quadro 2: Jornais em circulação no Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX
Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <bn.memoria.br>. Acesso em: 31/01/2014.

O tema da honra

Seria um engano imaginar que o tema da honra se restringe aos antigos, isto é, às sociedades ditas tradicionais. Embora, modernamente, ela não desempenhe o mesmo papel, sua presença ainda se faz notar. Para compreender a problemática nela implicada, é necessário levar em conta o contexto histórico, político, social e religioso no qual a categoria "honra" se apresenta em cada caso.

Halvor Moxnes (1993), em seu artigo *Honor and Shame*, uma revisão da literatura sobre o tema da honra, sustenta que essa noção é universal, apresentando-se, no entanto, de forma diversa nas mais variadas culturas, pois depende de como é socialmente construída e interpretada.

> […] A noção de honra passou por uma série de transformações: nas obras mais antigas do cânon literário ocidental, os poemas homéricos, existe em algo como uma forma primitiva ainda encontrada nas sociedades muçulmanas, mas uma tradição de ceticismo relativamente sobre a honra surgiu no pensamento clássico romano grego, e a cristandade exerceu uma forte pressão no sentido de moralizar a noção que se tornava cada vez mais forte no Renascimento que alcançou seu auge no século XIX, quando a honra tinha como cerne um vínculo com a moralidade cristã, com a integridade pessoal, com o patriotismo, com as ideais de lealdade e de boas maneiras (Cairns, 2011:24).

A linhagem do pensamento antropológico que viria a ocupar-se desse assunto remonta à década de 1960, tendo como marco fundador a coletânea *Honor and Shame, the Values of Mediterranean Society*, organizada por J.G. Peristiany

e publicada em 1965.[2] Desde então, o tema tem sido abordado em múltiplas publicações, sobretudo coletâneas, cujas contribuições tratam dele em contextos históricos bem como atuais, com o argumento explícito de que "a honra causou mais mortes do que a peste", como se pode ler numa resenha dedicada a outra dessas antologias conhecidas, -*Honor and Grace in Anthropology* (Peristiany & Pitt-Rivers, 1992).

A honra, com todos os seus atributos, é, portanto, um valor. Os sujeitos estão dispostos a matar ou morrer em seu nome. E, com bens materiais, como terra e dinheiro, ela é apontada por Turner (2008) como um dos vários elementos responsáveis por desencadear um drama social, pois constitui uma regra cara à sociedade, sendo capaz de suscitar, em primeira instância, uma crise. Ela "é o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos". Não obstante, como causadora de um drama, "também [o é] aos olhos da sociedade" (Pitt-Rivers, 1977:1). Numa tradução genérica do grego *timê*, "honra" significa, ao mesmo tempo, "o nosso valor aos nossos próprios olhos e aos olhos dos outros e à estima conferida por outrem" (Cairns, 2011:29). A honra é, pois, "fundamentalmente o reconhecimento público de um padrão social" (Moxnes, 1993:20).

A problemática que envolve homens e mulheres do mundo da honra está relacionada ao lugar que cada um deles ocupa na sociedade. "O aspecto desta que se associa com o status social descende preferencialmente pela linha do varão, como os títulos hereditários, mas em seu aspecto moral a honra do varão vem principalmente da mãe" (Pitt-Rivers,1968:517).Tal mundo é marcado pelas trocas de favores, gentilezas e afrontas. Reconhecer o outro como digno de honra é estabelecer uma reciprocidade. Negá-la quer dizer que não reconhece o outro como parte desse mundo e, portanto, não se compartilha com ele os mesmos valores; por isso, ele não é digno de respeito, tornando-se um pária (Appiah, 2012).

Na sociedade medieval, o senso de honra ordenava-se partindo da aristocracia, que o desfrutava devido ao seu poder, seu valor e sua proximidade ao rei, até chegar aos que careciam da honra em absoluto: "os hereges e os proscritos, os que se dedicavam a ocupações infamantes e aos condenados por infâmia" (Pitt-Rivers,1968:517).

Do pundonor à proibição dos duelos

O pundonor, o ponto de honra, surgiu nas cortes da Itália renascentista pela necessidade de estabelecer um código de comportamento para regular as competições que envolviam o valor da honra. "Foi, portanto, uma instituição pseudolegal que governou a esfera da etiqueta social onde a lei não era competente

ou se recebia mal" (Pitt-Rivers, 1968:519). Quatro séculos de discussões foram necessários para estabelecer "os pretextos das ofensas, as formalidades do desafio, o duelo e as circunstâncias pelas quais se julgava que a honra se perdia ou se redimia [se lavava]"(1968:518).

O ofendido não pode deixar de responder ao insulto, sob pena de banimento do grupo. Segundo as regras, é proibido delegar a outrem a sua obrigação, a menos que a sua idade, seu sexo, seu estado de saúde ou seu *status* eclesiástico o impeça de agir. Quando um ato que fere a honra ocorre na presença de testemunhas, os envolvidos são obrigados a reagir. Não é possível fingir o desconhecimento do fato; todos participam daquilo que presenciam (Pitt-Rivers, 1968).

A pessoa que sofreu o insulto não pode demorar em respondê-lo, e os membros da família podem lembrá-lo do seu dever. Se não agir, outro poderá tomar atitude que lhe cabe, fazendo com que fique desonrado perante todos os membros da comunidade. Diante disso, o sujeito não tem muita escolha: "compreende que se expõe às conseqüências conjuntas da covardia e da vingança, ele deve decidir-se, 'a contragosto' como se diz, ou exilar-se" (Bourdieu, 2002:67).

Ao longo da história, tudo se transformou. O código de honra relativo ao duelo, em alguns momentos permitidos, foi condenado pela igreja e, posteriormente, também pelo Estado moderno. Em um determinado período, o duelo era realizado nas feiras, em ocasião de festividade — tais ocasiões "permitiam o arranjo das disputas remetendo a decisão ao julgamento divino; era um modo de prova" (Pitt-Rivers, 1968:519). Com o surgimento do Estado moderno, no entanto, pautado no poder centralizado, ocorreu a necessidade de criar leis universalmente obrigatórias a toda a Europa cristã (Peters, 1985:51). "[Os] soberanos aspiravam tomar o arranjo das disputas das mãos imprevisíveis da divindade e submetê-los à jurisdição dos tribunais" (Pitt-Rivers, 1968:519).

As normas da lei, contudo, não "satisfaziam os requisitos do homem de honra, pois obrigavam-no a pôr sua honra nas mãos de outros, impedindo-o de agir por si mesmo". O Estado moderno tentou devolver a honra com pagamento em dinheiro, algo que não oferecia satisfação válida. "O arranjo deste tipo exclui a possibilidade de demonstrar o valor pessoal mediante a exibição do valor próprio."A honra pede fidelidade às pessoas, e a lei, aos princípios abstratos — a primeira "se relaciona com as pessoas e se centra na vontade, e a segunda reduz as pessoas a categoria jurídicas, o que implica o ataque ao princípio fundamental da autonomia pessoal" (Pitt-Rivers,1968:519). Elas são, portanto, contraditórias.

No início do século XX, no Brasil, as regras do mundo da honra e do mundo moderno entraram em conflito num episódio conhecido como a "tragédia da Piedade". Nesta, o escritor Euclides da Cunha foi morto após tentar *lavar sua*

honra. O suposto assassino foi absolvido alegando legítima defesa, mas isso não agradou a opinião pública. Naquela época, ainda, o adultério era considerado crime.[3] Para o código de honra, no entanto, não se podia arrogar ao Estado a resolução do conflito. A pessoa lesada, no caso, o esposo traído, tinha de tomar uma atitude, mesmo que significasse a perda de sua vida.

O contexto histórico do drama

No Brasil, na segunda metade do século XIX, ainda durante a vigência do regime monárquico e escravocrata, verificou-se uma verdadeira avalanche filosófica europeia. O positivismo do francês Augusto Comte difundiu-se entre a burguesia urbana, graças, sobretudo, ao apostolado desenvolvido por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira (Hilton, 1974:539). Em virtude desse apostolado, os adeptos da corrente positivista se multiplicaram e começaram a agir com grande ímpeto em favor de suas ideias. Com elas, nasceu também o espírito do futuro regime republicano (Pontes, 1938).

A obra de Augusto Comte já vinha sendo discutida, desde 1850, no Rio de Janeiro, então capital do Império e berço das ideias efervescentes da teoria positivista. Estas haviam se difundido extraordinariamente entre os estudiosos da matemática, das ciências físicas e naturais e da engenharia civil. O centro de sua difusão foi originalmente a Escola Central, criada em 1858, e em seguida a Escola Militar, onde Euclides da Cunha seria apresentado ao positivismo (Pontes, 1938).

Desse modo, o melhor da produção intelectual, literária e científica do mundo europeu, principalmente a francesa, ingressou no círculo de conversas da intelectualidade brasileira da época. As filosofias de Stuart Mill, Spencer, Schopenhauer, Hegel, Hartmann, Schelling, Littrée e Laffite, além das teorias de Lamarck e Darwin sobre a seleção natural, conquistaram e inquietaram os espíritos mais refinados do país. O mesmo aconteceu na literatura, onde primeiro Balzac, Sthendal e Merimée, e pouco tempo depois "Flaubert, Zola, Daudet, Maupassant, os [irmãos] Goncourts, [...] Dostoiévski, Turguenieeff, Tolstoi, Dickens, Meredith, Hauptmann" monopolizavam os interesses dessa elite intelectual, influenciando notavelmente o pensamento social brasileiro (Pontes, 1938:8).

Essa avalanche de ideias provocou impaciências filosóficas, entrechoques das doutrinas, lutas de ideias, gerando "efeitos imprevistos" (Pontes, 1938:8). No final do século XIX, dois acontecimentos vieram a marcar profundamente o país. O primeiro deles foi o fim da escravidão, em 1888; e o segundo foi a queda da monarquia e consequentemente a instauração da República, em 1889 (Lima, 2000). Esta última se insere no âmbito de um grande movimento que

"se operava silenciosamente" (Faoro, 1974:361). Era um fenômeno complexo, no qual um "setor da sociedade se elev[ou], como camada monolítica, dentro da ordem imperial", não almejando os títulos da nobreza, mas o *status* de camada importante na nova ordem republicana. Essa elevação e a consequente irradiação de seu novo *status*, em bloco a todos os seus integrantes, assumiram o "caráter de [um] cataclisma", de grandes proporções "no equilíbrio do poder reinante, ao deslocar grupos e instituições tradicionalmente ancoradas na maquinaria política" (Faoro, 1974:361).

Apesar das honras conferidas ao Exército após suas glórias conquistadas na Guerra do Paraguai, seus integrantes não compartilhavam o prestígio dos juízes, bacharéis, políticos e oficiais da Marinha. Continuavam alijados dos tabuleiros em que se jogava o "novo arranjo do poder" (Faoro, 1974: 363), o que lhes causava profunda inquietação e ressentimento. Graças a sua boa formação na Escola Militar, esses quadros da instituição militar não eram mais iletrados, embora continuassem a ser vistos como caçadores de escravos fugidos. Cansados dessa subalternidade, resolveram insurgir-se contra ela, respondendo ao regime monárquico quando este pretendeu engajá-los na assim chamada questão servil: "nós não somos capitães do mato". A partir daí, tramaram reverter o jogo da mesma forma que os burgueses na Revolução Francesa (Martins, 1996).

Em meio a essa efervescência social, nasceram Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha e Anna Emília Solon Ribeiro. Ambos protagonizaram uma tragédia que marcou profundamente o país, sobretudo porque um desses personagens iria notabilizar-se como um grande escritor: Euclides da Cunha, o herói nacional que destacar-se-ia também por sua luta intransigente no Exército a favor do republicanismo, utilizando a melhor de suas armas, a palavra, com a qual travou muitas batalhas na redação do jornal *A Província de São Paulo* (Lima, 2000).

O roteiro etnográfico da tragédia

No final de setembro de 1905, enquanto o consagrado escritor Euclides da Cunha chefiava a comissão de demarcação dos limites do Acre em Alto Purus, sua esposa, Anna Emília, estava na capital do Brasil, Rio de Janeiro, residindo na pensão *Monat* com o filho caçula, Manoel Afonso. Os dois mais velhos moravam, a essa altura, num internato. A crise financeira familiar obrigou-a a diminuir as despesas. Longe do marido e dos filhos, Anna pôde gozar a agradável companhia das amigas Lucinda e Angélica Ratto (Andrade, 1987:19).

Anna Emília estava casada com Euclides havia quinze anos. A menina deslumbrada, que entrara na igreja e dissera sim, transformara-se numa mulher preocupada com a aproximação da velhice, angustiada por não aproveitar os

anos da sua mocidade (Tostes & Brandão, 1990). Da mesma forma que Julie, personagem do romance de Honoré de Balzac, poderia pensar: "o casamento, a instituição em que hoje se apóia a sociedade, leva-nos a sentir sozinhas [...]" (2013:104).

Essa solidão logo teria fim com a chegada do sobrinho das suas amigas, o aspirante do Exército Dilermando de Assis, "um deus louro" que veio na primavera: "Deus pagão, de alguma lenda nórdica, que o destino fez atravessar em meu caminho" (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:16). O espírito da jovem sonhadora e romântica despertara. A partir daí, viveria com a "[...] impressão de que a vida dela esta[ria] única e exclusivamente mediada pelo amor do sujeito amado e a serviço dele [...] (Simmel *apud* Oltramari 2009:671).

Anna se viu, de uma hora para outra, infringindo as leis da sociedade (Balzac, 2013) ao trair o seu marido, inaugurando, portanto, a primeira fase do drama social. Alugou "uma casa na rua Humaitá e lá vive[u] dias, semanas, meses de uma paixão intensa e exaltada" (Andrade,1987:44). Um bilhete interrompeu tudo: "Estou a bordo do Tennyson. Mande-me buscar. Euclides" (Andrade,1987:44). Diante das circunstâncias, a esposa foi com seu amante recebê-lo para evitar suspeitas:

> um compromisso de honra obrigou-me a esse vexame. Retirar-me naquele instante, tendo permanecido em companhia de sua mulher durante tantos meses, seria denunciar o extremo a que chegaram as nossas relações. Eu tive que o fazer, para evitar mal maior. Errei? Não errei? Quem poderá dizê-lo? O maior erro já estava consumado. O certo é que sofri bastante (Andrade, 1987:44-45).

O marido voltava para casa — para sua família, para sua esposa, para a cama dela. "Na mesma noite do dia em que voltou, dormimos juntos, afinal ainda somos marido e mulher. Veio com fôlego de gato. De meia dúzia de gatos. Diria melhor de bode; de galo quando pula do poleiro de manhã cedo" (Tostes & Brandão, 1990:15). Mas havia alguém que, em segredo, perturbava a harmonia do lar: Dilermando. Ele quebrara a convenção familiar. Anna passou a viver sob o mesmo teto com os dois homens: o marido e o amante. "Daqui a quantos meses, se nascer um filho, nem eu saberei de quem é. Se dele [de Euclides] ou de quem eu amo de verdade" (Tostes & Brandão, 1990:15).

Por solidariedade, talvez, alguém enviou um bilhete anônimo para Euclides comunicando-lhe o que se passara na sua ausência. Quando consultada, Anna negou tudo:

> por um instante, tive ímpetos de lhe dizer que era verdade. Ainda bem que me contive. Foi melhor para todos. Reagi, lançando-lhe em rosto de covardia

> de quem se escondia para não se ferir. Como é que ele ia dar crédito a infames bilhetes anônimos? Jurei-lhe que jamais iria profanar meu corpo, que só a ele pertencia. Que ele me matasse, acaso julgasse o contrário. Antes, morrer do que ao menos pensar em quebrar o juramento que lhe fiz de ser fiel até o fim da vida (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:15).

A traição espiritual foi a única coisa que admitira ao marido. "Euclides disse que não dava importância o que tivesse podido pensar, uma vez que seu corpo não fora profanado" (Andrade, 1987:47). Mas a semente da desconfiança estava lançada.

Desconfortável com a situação, Dilermando partiu para o Rio Grande do Sul, onde continuaria sua formação na escola de Artilharia do Exército. Tudo parecia terminado. Aqueles dias não passariam de belas recordações. No ventre de Anna, entretanto, crescia uma criança, uma espécie de "dedo acusador" (Tostes & Brandão, 1990:15). Seu segredo estava ameaçado.

> Consultei o Dr. Érico. É amigo, é de confiança. Explicou-me. Se a criança nascer de 180 dias da concepção, é de D. Nascendo depois de 180 dias, tanto do ponto de vista da medicina como da lei, será de Euclides. Nem ele nem eu poderemos dizer o contrário. Muito menos o meu querido. Será crime, nem que eu diga que a criança é filha de outro, de nada adiantará. A filiação "adulterina" não seria registrada. Será sempre filho de Euclides. Tivemos relações, assim que chegou. Vivemos juntos. Não há saída (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:18).

Até o nascimento do menino Mauro, em julho de 1906, Anna viveu angustiada. Tinha medo de que Euclides descobrisse sua falta e que a sua família a visse desonrada. Naquela época, seria difícil encontrar solidariedade de amigos e familiares, pois cometera uma falta grave. O pequeno, contudo, faleceu logo.[4] Velando o corpo do menino, dizia:

> sete dias te amamentei, e era a minha vida que transferia para teu corpinho frágil, repousa aqui, sob a indiferença de uma campa, onde um símbolo aritmético que perpetua para mim a lembrança do número de dias em que te apertei nos braços. Sete dias vivos; um dia — morto. Morto? Perdoa-me se digo mal. Vivo, sim. Mauro, mouro, moreno agalopado no tempo, como um guerreiro do Islã, alfange em riste, a investir contra a eternidade. Lá, onde os anjos te receberão, se já não te receberam, e onde eu te encontrarei quando, livre das quimeras e desenganos, mergulhar na concha do infinito, para conviver contigo, para sempre, nesses azuis sem fim, aonde só os anjos e os inocentes como tu são transportados (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1987:27).

Euclides registrou-o como Mauro Ribeiro da Cunha, seu filho. Após o luto pela morte do bebê, Anna continuou a viver ao lado de seu marido e filhos. Em janeiro de 1907, contudo, Dilermando retornou à capital para passar férias. Soube, ali, tudo que se tinha passado (Assis, 1916). A paixão latente, imediatamente, uniu Anna a Dilermando. Mais um capítulo da história começava a ser escrito, quase uma reprise da primeira parte. Anna engravidou. Desta vez, tinha certeza de que o filho era de seu amante.[5] Ao fim das férias, ele retornara a Porto Alegre (RS).

Anna arriscou-se, novamente, insistindo no relacionamento, mesmo a distância. Ela desejava viver, acima de tudo, sua paixão. Bebera na fonte do "mito do amor romântico"; comprara, talvez, sem saber, "a idéia contemporânea de amor-paixão, antiga idéia grega do tipo de amor *Eros*, um tipo de amor ligado à falta, ou seja, ao sofrimento, [...] aquele amor que busca ser alcançado" (Borges *apud* Oltramari 2009:700).

Em sinal de carinho, trocavam cartas.

> Muito sinto não poder abraçar-te em adeus.
>
> Que fazer?! Assim, o quis a fatalidade, assim o quis o destino. Haverão de nos consolar e nos amar ainda mais, não é? Pouco tempo haveremos de estar separados e este servirá para aumentar a sede de nosso amor mais irracional, mais terno, mais enlaçado em que nos haveremos de rolar como umas conchas levadas e trazidas pela maré que beija as areias da praia, saudadas por um sol cheio de vida e de calor como para nós é a esperança que nos dá alento e conforto. Abraça bastante a nossa flor por mim, beija-a e suga-lhe o perfume e o mel como as abelhas para ouvir-me, (ilegível) ainda que pouco, pois não sou egoísta. Adeus, beijo-te muito, e sou só teu (Assis 1908 *apud* Andrade,1987:59).

Os rumores e as fofocas logo advertiram Euclides do que se passava, pois [...] "os valores do grupo são claramente afirmados em fofocas e escândalos, já que um homem ou uma mulher é sempre condenado por falhar em viver de acordo com esses valores" (Gluckman, 1963:313). Foram eles que intensificaram a crise entre o casal, inaugurando a segunda fase do drama social postulada por Turner (2008), a intensificação da crise.

Anna estava próxima de dar à luz quando Euclides, doente de hemoptise, "grita[va], exasperado, que não se afast[asse], que permane[cesse] ao seu lado e prov[asse] ser sua mulher. Estende[u] a bacia de sangue" e lhe propôs um ordálio, isto é: provar sua inocência através de um desafio. A partir daí, ela seria culpada ou inocente daquilo de que a acusavam — "beba. E prove assim que me ama" (Andrade, 1987:53). Anna recusou.

A preocupação com as atitudes do marido logo cedera lugar à alegria da maternidade. O menino Luiz nascera saudável, aos nove meses. Anna tratou, rapidamente, de escrever uma carta ao amante, comunicando-lhe a graça do nascimento. A ilusão de Anna de viver uma história de amor eterno, um amor transcendente (Oltramari, 2009), era o motor das suas ações. Mesmo longe, não desistiu de Dilermando. Em novembro de 1907, ele participava da felicidade de ter um filho. Euclides, no entanto, referia-se ao pequeno como "a espiga de milho em meio ao cafezal" (Assis, 1916).[6]

Anna continuava esperando Dilermando como uma menina espera pelo primeiro namorado. Ele preenchera seu vazio. Sua esperança era que acontecesse uma espécie de milagre para livrá-la da situação na qual se encontrava.

> Estou cansada deste casamento. Não me atrai o papel de D. Anna… Nem de chegar à velhice ao lado de um cadáver ambulante, e sem maior espaço que o desta casa, enquanto lá fora a juventude, a força, a beleza, a saúde, o vigor de meu amor me prometem um mundo de felicidade. Ele me rejuvenesce. Quem me dera morrer agora, enquanto sou amada. Meu Deus! Eu não quero ficar velha! Eu não quero ficar indesejada! (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:19).

Além de cansada do casamento, seguia alentando um sonho. Sua mãe teve de entrar em cena para impedi-la de romper o matrimônio. Iniciou-se, então, a terceira fase do drama social (Turner, 2008), aquela na qual se costumam acionar os mecanismos de controle ou de regeneração do tecido social. Dona Túlia tentou chamá-la à realidade, recordando-lhe os sacrifícios que uma mulher precisa fazer em prol de sua família (Andrade, 1987). Parecia-se a Julie, que não queria continuar vivendo "descontente como uma atriz que não soube representar bem o seu papel" (Balzac, 2013:98). Continuava, nesse sentido, a desafiar "as leis da sociedade", que lhe exigiam fazer feliz o seu marido (Balzac, 2013:77). Os conselhos de sua mãe não surtiram efeito. O primeiro dos mecanismos de controle tinha-se revelado, portanto, ineficaz.

Os irmãos e amigos de Anna, entretanto, continuavam a pressioná-la. Mas ela não desejava, em definitivo, "conviver desordenadamente com o escritor", pois mantinha "viva sua união com Dilermando" (Andrade, 1987:57). Não se curvaria aos apelos. Com o ímpeto de uma Solon Ribeiro, dizia: "não há Madalenos. Só Madalenas. Mulher não pode ter desejo" (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:14).

Anna continuava, pois, dando rédea solta aos seus anseios. No passado, buscara o amor nos braços de Euclides: "quando meu corpo cheio de tremido o

procurava, nos bons tempos em que era a esposinha, dona de casa [...], gritava de amor" (Tostes & Brandão, 1990:16). Euclides, por sua vez, condenava o amor-paixão. Considerava-o um "não amor — um desvario"; "um desejo impulsivo, que explode fulminante, como faísca elétrica atraída ao pára-raios" (Tostes & Brandão, 1990:48). Aquilo que Euclides desprezava era o maior anelo de Anna, justamente aquele que seu amante satisfazia:

> mas eu sei que foi ele quem revelou em mim o quanto de amor acumulei, inutilmente durante esses dezesseis anos que estou unida a Euclides? [...] Depois [de conhecê-lo], senti que sou alguém. Nasci com o condão da sensibilidade. Para amar. Amar *perdidamente*, aqui ou além, pouco importa, mas amar. Amor de um homem? Sim, mas de *um homem que seja um deus*. Poderão me chamar de ambiciosa. Acusar-me de impudor. Ignoram *que eu toda sou alma*, ambição de amar, que nada mitigue e farte (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:16, grifo nosso).

Ao jovem deus louro de olhos azuis, ela clamava: "Meu amor! Meu amante!" (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:16), ao passo que Euclides, severo, condenava esse mesmo sentimento com palavras duras: "amor blasfemo, insano, sensual. Propositadamente erótico, até à indecência [...]. Amor veneno, como de Tristão por Isolda... Amor paixão, incompatível com as leis que regem o mundo [...]". Para ele, o verdadeiro sentimento amoroso era "sofredor e benigno", "aquele que se porta com a decência" (Tostes & Brandão, 1990:48).

Anna Emília, em contraste, acusava "os homens", num verdadeiro libelo em favor das mulheres:

> *os homens inventam filosofias que servem muito para eles*, e depois querem nos forçar a pensar da mesma maneira. Um dia, ainda há de aparecer uma mulher filósofa que mude tudo isso. Mudar? Sim. Por que não? Mudaram o império em república, as províncias em estados, a Corte em Capital Federal. Quem sabe venham mudar também em relação às mulheres (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:14, grifo nosso).

Vivia, nesse sentido, um drama análogo ao da Julie de Honoré de Balzac — como ela, uma mulher de trinta, para a qual o casamento "era conveniente aos olhos da sociedade, mas horrível na realidade" (Balzac, 2013:97). Para ilustrar esse ponto, bastaria reler o relato das senhoras Ratto ao jornal *Correio da Manhã* de 18 de agosto de 1909:

> desde o regresso [da casa do sogro] de d. Anna, o casal vivia debaixo da maior exaltação de ânimos e de rixas, prolongando-se esse estado de coisas até quarta feira, 11 corrente. Neste dia, d. Anna, a pretexto de que iria procurar uma

> casa, para mudar-se, depois de violenta alteração com seu esposo, retirou-se de casa para a de sua progenitora, no Campo de S. Cristóvão, onde pernoitou. No dia seguinte, isto na quinta feira, d. Anna esteve na estação da Piedade, para onde foi em companhia de seu filho Lulu e de Dinorar, a fim de ir falar com Dilermando, regressando para São Cristóvão, no mesmo dia.
>
> No dia seguinte, sexta feira, à noite, depois de ter d. Anna se dirigido novamente para casa de Dilermando, esteve na casa de sua sogra, em São Cristóvão, o Dr. Euclydes Cunha, a quem exprobando o procedimento de sua esposa, della se queixava amargamente allegando que aquella situação não poderia continuar [...]. No sabbado, não tendo sua esposa regressado à casa, o dr. Euclydes Cunha estava, com isso, perturbado, promettendo que poria um termo na situação.

Entretanto, "poucos percebem a crise de excitação sopitada". Era preciso, nesse sentido, ser mais do que um amigo comum para que Euclides lhe fizesse confidências: "as magoas ficam-lhe no peito, cahindo as gottas, formando cavernas sombrias" (Pontes, 1938:282). Em *A vida dramática de Euclides da Cunha*, Pontes contava ainda que, diante do "desfecho trágico de um film americano", Euclides, tomado por forte emoção, teria dito alto e bom som: "é assim que eu compreendo" (1938:282).[7]

Os passos subsequentes da tragédia encontram-se registrados nas folhas do processo; nos depoimentos publicados pelos jornais da época; nos demais livros escritos sobre o drama; e na biografia de Euclides da Cunha. Caminhavam, todos, para o clímax, para o desenlace trágico. O penúltimo dia da vida de Euclides da Cunha, 14 de agosto de 1909, tinha raiado:

> [...] no sábado, 14 de agosto, [Euclides] chamando [Euclides Filho], assim como seus irmãos Solon e Affonso, lhes dissera que eles não tinham mais mãe, que Euclides ficaria no ginásio, que Solon se empregaria e que outro iria para um colégio; Solon disse que ainda esperaria o dia seguinte e iria procurar pela [mãe], dando-lhe Euclides, a quantia de mil-réis (Eluf, 2009:45).

Por um momento, pareceu haver, ainda, uma esperança de reconciliação do casal: Euclides mandara o filho, Solon Ribeiro, buscar a mãe (Andrade, 1987).

> Cerca de seis e meia horas da tarde, estava no quarto da casa em que residia com seu pai quando foi chamado por ele; indo à sua presença, lhe disse seu pai: sua mãe é adúltera, não dormiu na casa da mãe dela, e não tendo dormido aqui, em algum lugar há de estar (Eluf, 2009:46-47).

Solon estava disposto a trazê-la de volta para casa, mas não logrou o seu intento. Dilermando o impedira, dizendo-lhe que esperasse o amanhecer. Todos

os mecanismos de reconciliação tinham, pois, falhado. Inaugurou-se, então, a quarta fase do drama social, aquela em que pode ocorrer a reintegração do grupo social perturbado ou o reconhecimento do cisma: as partes em conflito se separam definitivamente.

Ao anoitecer daquele dia, Euclides mostrava-se "bastante agitado", como revelaram as irmãs Ratto ao *Correio da Manhã* de 18 de agosto de 1909:

> [...] sentado à mesa de jantar tomando um café juntamente com as senhoras Ratto, que estavam em sua casa, perguntara a uma dessas senhoras o que merecia uma mulher que traía o marido, respondendo dona Angélica que o marido devia matar a mulher e que em seguida devia cuspir sobre o rosto dela (Eluf, 2009:45).

Angélica e Lucinda Ratto, tias de Dilermando de Assis, aconselharam-no a matar Anna Emília. Lembraram-no de como se tratava uma mulher que havia cometido uma falta.[8] Outrora amigas de Anna, desejavam, agora, vê-la punida. O tempo ia passando. Anna Emília e seu filho Solon não retornavam. Euclides ia se convencendo de que não lhe restava outra coisa senão *lavar sua honra*. A vergonha, o escárnio público e o banimento social pareciam-lhe, cada vez menos, uma alternativa aceitável. Diante dessas circunstâncias, e pressionado a tomar uma decisão, exclamou em tom exaltado: "Basta!" Fizera sua escolha. Traçara seu destino.

> No domingo, logo depois de se levantar da cama, Euclides da Cunha chamou seu filho, como ele, chamado Euclydes e, entregando-lhe a chave de seu cofre de segurança, disse-lhe que a guardasse, pois encerrava a segurança de seu futuro. E como notasse que essa declaração alarmara o espírito de creança, o escriptor ajuntou bondosamente que dizia aquilo temendo que lhe acontecesse algum desastre (*Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1909).

Em seguida, Euclides deixou o menino, o qual viu pela última vez. Partiu para concluir sua vingança. Mas, antes, precisava de uma arma. Pensou, imediatamente, no primo Nestor da Cunha. "Visita tão matinal", no entanto; "precisava de uma explicação" (Andrade, 1987:82). Contou-lhe da existência perturbadora de um cão hidrófobo. Numa pequena conversa, o primo lembrou-o de que era aniversário de morte de seu pai, o tio Antônio, como Euclides costumava chamá-lo. Este, logo, pensou que era uma grande coincidência.

Tinha, agora, tudo de que necessitava para executar sua vingança: "um revólver *Smith and Wesson*, calibre 22" (Andrade, 1987:82), que acabara de conseguir, e o endereço dos irmãos Assis, que lhe fora fornecido pelas irmãs Ratto. Estava decidido a "matar ou morrer" (Andrade, 1987:69). Seguiu, então, viagem para o

bairro da Piedade. Lá, caminhando pela Estrada Real, buscou a casa de número 214. Fez algumas perguntas, pediu informações, até que, enfim, encontrou o endereço. "Diante do portão, em frente ao jardim, seu coração estremeceu mais uma vez" (Dantas *apud* Andrade, 1987:87).

Naquele minuto, talvez tivesse hesitado, pensando em voltar para casa. Mas algo o impelia a continuar. Esse algo era sua consciência do dever. Após ter enfrentado e vencido "o clima, o beribéri, a febre, a fome, a sede, os peruanos, as cachoeiras, os rios e as florestas, os naufrágios", e sua própria "gente" — na "longa missão no Alto Purus" — e os "jagunços de Antônio Conselheiro", ele não permitiria que a esposa e o amante ofuscassem as glórias que conseguira com ardor em muitas batalhas. Não se tornaria um "covarde", permitindo que se destruísse a sua reputação, a sua imagem. Ele era, afinal, um homem honrado (Tostes & Brandão, 1990:55).

Euclides partiu para o confronto. Adentrou a moradia dos irmãos Assis com ímpeto e, numa reação brusca, alvejou o jovem Dinorah, que morava com o irmão. Apareceu, logo, Dilermando, seu adversário. Os dois travaram um embate.

Figura 1: Duelo entre Euclides da Cunha e Dilermando de Assis

Fonte: <http://diariodonordeste.globo.com/materia>. Acesso em: 25/01/2014.

Euclides acusara-o de pertencer a uma "corja de bandidos". Anos mais tarde, Dilermando contaria, em depoimento, que lhe dissera para fugir, pois não queria machucá-lo. Como, no entanto, Euclides não quisesse escutá-lo, e tratando de defender-se, atirou contra o escritor:

> precavidamente, temendo uma possível emboscada, penetro na sala de visitas. Chego até a porta e vejo Euclides caído, junto à escada, acionando desesperadamente a tecla do gatilho e pronunciando palavras confusas: Bandidos… Odeio… Honra… Euclides ouve gritos de D. Anna e dos meninos, escondidos na despensa, e caminha até à sala de jantar. Que pretendia ele? […] Temia, por outro lado, a sorte de Anna e dos meninos […]. Vi também Euclides de revólver em punho, movendo agitadamente a cabeça, como que à procura do local de onde partiam os gritos (Andrade, 1987:71).

O *Correio da Manhã* de 20 de agosto de 1909 narrou os fatos da seguinte maneira:

> Euclydes ia retirar-se, estando já no jardim quando Dilermando, armado ainda de seu revólver, chegou à porta de casa e disse: — Rua, seu cachorro! Assim insultado Euclydes ia a responder o desaforo, quando Dilermando o alvejou em pleno peito, disparando a arma.

A esta altura Euclides estava morto, e Dinorah e Dilermando, feridos. Na manhã daquele domingo, na Piedade, Solon, Euclides Filho e Manoel Affonso perderam o pai. E Anna ficara viúva.

Os amigos de Euclides foram, rapidamente, avisados: “a notícia chega confusa à casa de Coelho Netto — Euclides gravemente ferido, traga Afrânio. Aturdido, Coelho Netto imagina a hypottese de desastre” (Pontes, 1938:283). Esta haveria de confirmar-se logo em seguida. Quando chegou à casa de Dilermando, espantou-se ao ver “numa cama o cadáver de Euclydes da Cunha transpassado de balas” (Pontes, 1938:283). No dia seguinte, falaria à Câmara sobre a morte de seu amigo — “o grande moço patriota, o heróe, o angelino, o genial Euclydes Cunha”, “um dos mais robustos representantes literários da língua portugueza”.

> Ali chegando, ante uma casa de aspecto miserável, pareceu-me, de improviso que estava entrando, páginas adentro, pela obra do grande mestre grego, tendo à frente de meus olhos o episodio dos Atrides: era, francamente um trecho de Oréstia, tal a grandeza da tragédia (*Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1909).

Ao comparar a tragédia da Piedade com a de *Oréstia*, de Ésquilo, Coelho Netto talvez previsse o futuro por meio de uma evocação literária. Tal como sucedera a Orestes, os filhos de Euclides foram pressionados, das mais diversas maneiras, a vingar a morte do pai. Solon, o mais velho, morrera vítima de uma emboscada, no Amazonas, em 1915. Não podia, pois, cumprir o dever filial da vingança de sangue. Como esta é imprescritível, coube a Euclides Filho executá-la. E, assim, estava por abrir-se um novo capítulo da tragédia.

Com seus apenas 16 anos, o menino Euclides Filho perdera o pai e, com ele, a possibilidade de conviver com o restante de sua família. Chegou a morar com a mãe, Dilermando e os irmãos: “em dado momento, Dilermando, julgou inconveniente a permanência dos rapazes em sua companhia”. Os mais velhos foram confiados ao Marechal Cândido Mariano Rondon e ao Sr. José Carlos Rodrigues. E o menino caçula, Manoel Afonso, “ficou aos cuidados da tia Alquimena” (Andrade, 1987:111-112).

Anna, certa vez, recordou a rixa que Euclides Filho tivera com um colega. Este dissera-lhe: “não me bato contigo porque tu és um covarde. Pois se ainda não tiveste coragem de matar o assassino de teu pai” (Andrade, 1987:111-112). Esses clamores e lembretes para que vingasse a morte do pai tratavam de pressioná-lo.

Em 1916, com 21 anos, Euclides Filho era aspirante da Marinha de Guerra do Brasil. Até aquele ano, não cultivara com o padrasto nenhuma relação amistosa. Chegara a se enfurecer quando o irmão Manoel Afonso fugira do internato e, em seguida, da casa de seu tutor, Nestor da Cunha, para ficar com a mãe. Dizia que o irmão mais novo não podia se dar com o assassino do pai. Manoel Affonso, porém, não desejava morar com Nestor Cunha, e muito menos que este fosse seu tutor, pois “numa refeição, à mesa, ele acusou a sua mãe de ‘assassina de seu pai e de seu irmão Solon” (Andrade, 1987:112).

O juiz de órfãos, por sua vez, julgou que o menino poderia continuar ao lado da mãe até a nomeação de um novo tutor. O advogado da causa percebeu o quão transtornado Quidinho estava por tê-la perdido e exclamou alto e bom som: “Euclides Filho está muito nervoso, anda neurastênico e é preciso uma providência” (Andrade, 1987:114). A convivência do menino Manoel Affonso com o padrasto perturbara-o. Euclides Filho, então, “trabalhando pela voz da tradição e recebendo, diariamente, insinuações sobre o dever que tinha de vingar a morte do pai, um dia decidiu matar Dilermando de Assis” (Andrade, 1987:265-266).

Quidinho escolhera o dia 4 de julho de 1916 para executar sua vingança. Armou-se de um revólver. Segundo Dilermando de Assis (1951:172), ele havia deixado um bilhete, no qual dizia que Nestor da Cunha tinha-lhe conseguido a arma. Ocorreu, então, outro embate. E, novamente, Dilermando enfrentou um Cunha, desta vez, no Cartório da Vara de Órfãos. Mais uma vez, matou e quase foi morto por um homem cujo nome era Euclides. A tragédia se repetira.

O caso não demorou muito para ir a julgamento. Na defesa de Dilermando, atuou Evaristo de Moraes, o mesmo advogado que o defendera da primeira vez. E, em 27 de setembro de 1916, Dilermando de Assis foi, uma vez mais, absolvido. Os dois Conselhos de Guerra absolveram-no, em grande parte, graças à brilhante

defesa de seu advogado.[9] A favor de Euclides da Cunha, o promotor apresentou o seguinte argumento:

> depois de fazer a apologia de Euclides da Cunha, [...] declarou, categoricamente, que o mesmo partiu para a casa onde se achava Dilermando, com a esposa do escritor, Anna, com a evidente intenção de matar ou morrer [...]. Era direito de Euclides invadir a casa para reaver o filho, que mesmo nascido da união da esposa adúltera com o réu não tivera, porém, sua filiação contestada pelo escritor [...]. Falou que Euclides conhecia os fatos que lhe enodoavam a honra, concluindo que, assim agindo, guardando o segredo de sua desdita, demonstrara que não era um desequilibrado nem um desvairado, mas um verdadeiro forte. Guardou o segredo de sua mágoa. Demonstrou, assim que não era um desequilibrado nem um desvairado, mas um homem forte. Por último, em nome dos brios do Exército, pediu a condenação de Dilermando de Assis.

Em defesa de Dilermando, argumentou Evaristo de Moraes:

> o grande tribuno carioca iniciou a defesa formulando um repto ao promotor público, alegando que, na época, se propalava que o réu Dilermando fora um protegido de sua vítima [...]. Relembrou Santo Agostinho e Jean-Jacques Rousseau, aos quais chamou de sinceros por terem confessado os seus pecados carnais. Quem não teve desses pecados aos 17 anos? Em seguida, sustentou a doutrina que admite o adultério, desde que o seu responsável tenha pouca idade, classificando de convenções sociais as manifestações hipócritas dos que não têm coragem de confessar suas fraquezas [...]. Divagou sobre a ação da imprensa que rebaixou o réu à categoria de homicida comum. Negou o direito, defendido pelo promotor, de Euclides da Cunha entrar na casa de Dilermando. Falou, por fim, do exercício de legítima defesa por parte do réu, não só em relação à sua própria pessoa, como em defesa da adúltera. Justificou a impossibilidade de Dilermando fugir, alegando o ridículo do aspirante a oficial fugir em trajes menores, pés nus, dando as costas ao agressor de sua própria casa. A própria lei — argumentou Evaristo de Moraes — sustenta que não se pode fugir, sempre que essa fuga seja vergonhosa e perigosa [...]. Analisou a alegada condescendência de Euclides da Cunha com o adultério, alegada pelo promotor, aludindo que o grupo social repelia essa condescendência, que seria um verdadeiro *ménage à trois*, só sustentável quando a família estivesse destruída pelo amor livre.

Diante desses argumentos, Dilermando de Assis foi absolvido em 5 de maio de 1911 Uma nova sessão de julgamento pela morte de Euclides, em 3 de maio de 1913, adiada para junho de 1914, confirmou a inocência de Dilermando (Andrade, 1987).

Na segunda tragédia, aquela que envolveu Euclides Filho, o *Jornal do Commercio* relatou o julgamento, ocorrido em 28 de setembro de 1916. Nele, argumentava Evaristo de Moraes:

> pergunta-se: é ou não é de admitir a justificativa de legítima defesa, em face da boa interpretação da lei, da doutrina e da jurisprudência?
>
> A defesa privada deriva psicologicamente do instinto de conservação, instinto primitivo, básico da existência, que, sendo o primeiro a aparecer, é o último a abandonar a criatura humana. Por isso Cícero viu na legítima defesa uma prescrição da lei natural, (*non scripta, sed nata lex*). Tão imprescritível é essa lei suprema que diante dela, cedem os sentimentos mais afetivos, as injunções do respeito filial, as contemplações para com o infortúnio e para com a inconsciência. Certo, sustentava o princípio da legítima defesa — assente no instinto da própria conservação — o trágico grego Sófocles, pondo na boca de Édipo as seguintes palavras em resposta às imprecações de Creonte, quando o acusava pelo homicídio do próprio pai: "Responde-me esta pergunta: — Se alguém agora mesmo aqui se aproximasse de ti e te quisesse matar, que farias, homem justo? Buscarias saber se o assassino era teu pai, ou pelo contrário, o punirias de pronto? Seguramente, se ligas a importância à tua vida, castigarias o agressor, sem te inquietar com a legalidade do teu ato?" [...] O indivíduo que age em estado de legítima defesa representa um instrumento de defesa do qual a sociedade se utiliza em uma situação de perigo iminente (*Su la legitima difesa, 2ª. Edição, pág. 7)* (Andrade, 1987:130)

O advogado mostrou ainda que, para Dilermando, não havia outra possibilidade senão a de agir em legítima defesa:

> 1º) tinha sérios motivos para sentir a sua vida em perigo, quando, já gravissimamente ferido, buscava a porta e era ainda alvejado pelo agressor, que ninguém continha;
>
> 2º) que não se lhe apresentara, ao espírito, naquela ocasião, outro meio de escapar à morte, diverso do que empregou;
>
> 3º) que ele não estava apenas emocionado, mas, sim, completamente perturbado, em razão das graves lesões recebidas, das quais quatro, porém, eram mortais (Andrade, 1987:132).

A sentença fora proferida. E, mais uma vez, Dilermando fora declarado inocente pelo Conselho de Guerra. O tribunal da opinião pública, entretanto, não parecia querer convencer-se da sua inocência. Aliás, para Assis, este era "o

lado mais revoltante da história: enfrentar a opinião pública" (Andrade, 1987:61). Em seu livro *A tragédia da Piedade: mentiras e calúnias de "A vida dramática de Euclides da Cunha"*, tomou, em sua defesa, os argumentos de Lailler & Vonovem:

> a semente de uma acusação, por mais vazia que pareça, lançada ao espírito da opinião pública sedenta de emoções, ávida de escândalos com que alimente a sua curiosidade, deve fatalmente frutificar… E no dizer do grande Waldeck – Rousseau, a justiça das multidões substituindo-se a justiça da lei (Lailler & Vonovem 1897 *apud* Assis, 1951:54-55).

Nestor da Cunha, primo de Euclides, era um dos que faziam parte daquela multidão inconformada.

> Se a denúncia da Justiça pública não classificou o crime de assassinato de Euclides da Cunha como *um ato de emboscada*, nós teremos a franqueza de assim classificá-lo. Este homizio tornava-se, pois um ato aviltante da honra do desventurado escritor, provocador da explosão da sua dignidade em desagravo da mesma honra. O seu assassino tinha homiziado em sua casa (onde se deu o crime) a esposa e o filho mais velho do desgraçado escritor e mais outra criança que se tornou o ludibrio do mesmo escritor […]. "Era aquele homizio um ato de tácito acordo entre eles, agravado pela natureza das relações entre o assassino de Euclides da Cunha e a ex-mulher deste" […] (Tostes & Brandão, 1990:109; grifo nosso).

Por duas vezes, a família Da Cunha não viu, pois, restaurada a sua honra. Restara uma única esperança — Manoel Affonso. Este, no entanto, rompeu com o código do mundo da honra.

Os jornais da época deram aos acontecimentos de 15 de agosto de 1909 o apodo de "tragédia da Piedade". E de fato a sociedade da época entendeu que aquilo que se passara no bairro da Piedade era, sem sombra de dúvida, uma tragédia. Lia-se:

> Lamentável Tragédia: O prosseguimento do inquérito — novas diligências — o exame das armas — Notas e informações (*Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1909).

> Os depoimentos obtidos hontem pela policia do 23° districto levantam, finalmente, o véo, já tênue, que envolvia esse triste caso da estrada real de Santa Cruz e desvendam em sua repulsiva nudez factos e caracteres que mais pungente ainda tornam o drama doloroso em que foi sacrificado o saudoso e intemerato Euclides da Cunha (*O Paiz*, 18 de agosto de 1909).

A tragedia da Piedade

A MORTE DO DR. EUCLYDES CUNHA

O inquerito policial

Voltando hontem, ás 10 horas da manhã,
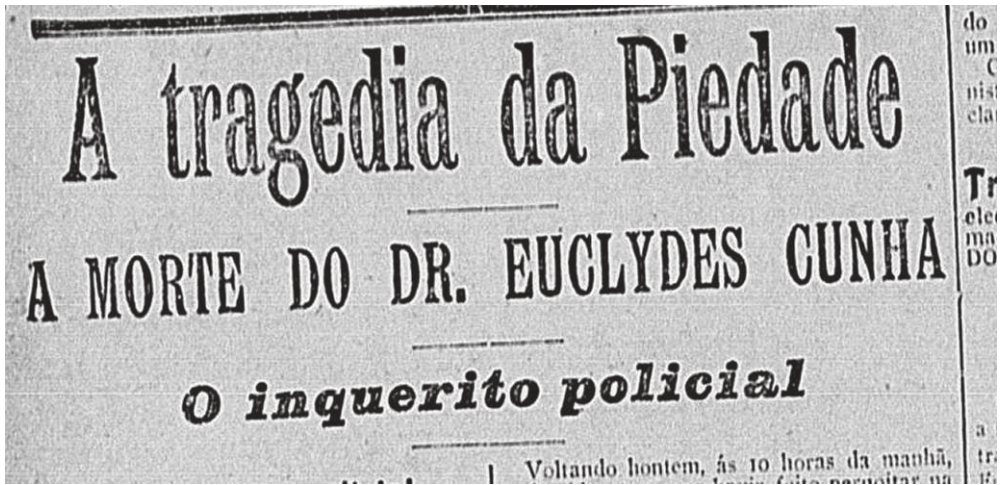
Figura 2: *Correio da Manhã* (RJ), 18 de agosto de 1909

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15/01/2014.

A tragedia da Piedade

O ASSASSINATO DO DR. EUCLYDES CUNHA

Como a policia reconstitue a scena tragica

O QUE CONSTA DOS AUTOS

As primeiras versões postas de lado

AS DILIGENCIAS DE HONTEM

No local do homicidio

PROVAS COMPROMETTEDORAS

A policia do 20° districto prosegue no inquerito para elucidar a tragedia da Estrada Real de Santa Cruz, onde perdeu a vida o

seu revólver, para se defender, procurou desarmal-o, o que não conseguiu. O escriptor voltou para elle a arma e detonou-a

Figura 3: *Correio da Manhã* (RJ), 20 de agosto de 1909

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15/01/2014.

OS DRAMAS SENSACIONAES

O EPILOGO DE UMA TRAGEDIA

Mais algumas informações sobre a sangrenta scena de ante-hontem — Os funeraes do aspirante Euclydes — O estado do tenente Dilermando

Figura 4: *Gazeta de Notícias*, 6 de julho de 1916

Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 15/01/2014.

> Todos os elementos dramáticos que inspiraram os teatrólogos gregos estavam presentes nesse caso: a *honra*, um valor caro à sociedade; as *harmatías*, "os erros, as faltas graves de um membro maior da família [que] contaminam a todos a que ela estejam vinculados" (Brandão, 1991:37); e a noção de *fado* (ou *destino*). Como nas tragédias gregas, os violadores da regra tinham de ser punidos. Era necessário restaurar a boa consciência da sociedade que fora abalada. A "tragédia da Piedade" foi, portanto, um escândalo no verdadeiro sentido da palavra — "o desmentido brutal das crenças mais queridas" (Carvalho, 1995:220). "Os depoimentos hontem publicados pela imprensa [...] vieram causar o mais profundo abalo no espírito público pelo novo aspecto, ainda mais doloroso, que passou a ter o tristíssimo caso" (*Correio da Manhã*, 19 de agosto de 1909).

A multidão agitava-se: "e a grita manifesta-se isófona, vibrante e felina como o pregão ardoroso da sarabatana estrídula de seu instigador... A turba delira bradando o '*Crucifige*!'" (Assis, 1951:49). Iniciou-se, então, "a execução pública da coletividade através dos jornais" (Canetti, 1983:54) — "um assassinato sem risco, permitido, recomendado, compartilhado com muitos outros constitui uma sensação irresistível para a grande maioria dos homens" (Canetti, 1983:51).

Anna Emília e Dilermando de Assis enfrentaram, a partir daí, o que bem se poderia classificar, com Elias Canetti, como uma "massa de perseguição" (1983:50):

> Mais uma vez compareceu ontem à barra do júri, Dilermando de Assis, o assassino de Euclides da Cunha. Mais uma vez ficou adiado esse julgamento tão imperiosamente reclamado pela voz pública, para a satisfação à sociedade de um delito monstruoso. A falta de alguns jurados deu motivos mais a esse adiamento. Lá esteve o réu, entretanto — audacioso e cínico, a cuspir seus

olhares de escárneo sobre a multidão que o espreitava como um ente desprezível e asqueroso (*Folha do Dia*, 1951:48).

[…] Dr. Euclides foi *covardemente* assassinado, e não nas condições anteriores ditas; não há legítima defesa; donna Anna Solon estava de facto na casa do crime desde a tarde de terça feira (*Correio da Manhã*, 20 de agosto de 1909; grifo nosso).

Segundo Dilermando de Assis, sua "defesa jamais foi aceita pela imprensa" — Dizia — Contra o Ten. Dilermando de Assis tudo; a favor nada; "Nem que nos pague contos de réis", declarou o jornalista a um amigo que lhe apresentara um artigo, "defendo-me" (Assis, 1951:85).

[…] A selvagem brutalidade de Dilermando e Dinorah, que não quiseram evitar o conflito (Assis, 1951:231).

O bandido Dilermando (que faz parte do nosso infeliz Exército — cheio de patifes —, pois que se assim não fosse della não faria parte) há muito que deveria estar morto a bem da moral pública o civilidade actual (*A Noite*, 5 de junho [sem ano]).

Dilermando de Assis, o assassino de Euclydes da Cunha, chega ao Rio (*A Época*, 19 de julho de 1914).

ASSASSINO DO PAI E DO FILHO

O 2º acto de uma tragedia emocionante

O filho do escriptor Euclydes da Cunha, morto a tiros pelo assassino de seu pai

Figura 5: Notícias do jornal *O Paiz* sobre a tragédia da Piedade

Fonte: *GloboEsporte*, 21 nov. 2012. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/bau-do-esporte/noticia/2012/11/historias-incriveis-tiro-de-euclides-da-cunha-desgracou-jogador-do-bota.html>. Acesso em: 15/01/2014.

Não parece impróprio, nesse sentido, dizer que o casal foi vítima de uma espécie de rito de sacrifício. "Fora preciso que fosse condenado, arremessado ao abismo"— sacrificado. "Esta é a questão. Assim, ordenaram os grandes do país" (Assis, 1951:52), "porque eu um simples peão, matei um rei. Porque eu,

um aspirante anônimo, matei um deus", disse Dilermando (Andrade, 1987:61). A sociedade não perdoa quando se trata de julgar os caluniadores "de um valor" (Dampierre, 1954:332), porque o escândalo "[…] mina a base dos valores recebidos, revela que não são intangíveis, torna ridículo o respeito que se pode ter por eles. O respeito pelo valor, esta ação corrosiva ganha inevitavelmente o valor em si e joga descrédito sobre ele" (Dampierre, 1954:335).

Anna e Dilermando foram os bodes expiatórios, as vítimas do sacrifício. A expiação é o estabelecimento da aliança rompida (Mauss & Hubert, 1999), a restauração da harmonia social. Nesse sentido, as *dramatis personae* de um ritual estão claramente colocadas: as vítimas, Anna Emília e Dilermando de Assis; o sacrificante, a sociedade; e o sacrificador, os jornais, representantes da opinião pública.[10] As palavras foram a arma utilizada nesse tipo de sacrifício, por meio da difamação, calúnia e intriga. Elas constituíram um meio de destruição da imagem alheia, tornando as pessoas desonradas, indignas de respeito, proscritas da sociedade. As vítimas sofreram, portanto, uma morte social.

Até o final de sua vida, Dilermando de Assis preocupou-se em "lavar sua honra". Em seu livro *A tragédia da Piedade: mentiras e calúnias de "A vida dramática de Euclides da Cunha"*, escrito em sua defesa, declarou a respeito dos jornalistas:

> e assim, mentindo a si próprios e à sociedade incauta e de boa-fé — os jornais — oferece[ram] suas teorias evangelizadoras animando a crendice alheia, incitando-a a prosseguir na vingança, arrastando-lhe interjeições de cólera, armando-lhe o braço carrasco e sepultando, mercenariamente, no mais cruel dos ódios, o espírito frágil e impotente da desolada vítima (1951:51).

A sensação de ser "um eterno e irremediável condenado" (Assis, 1951:38) foi um estímulo para Dilermando escrever e publicar os livros que apresentavam sua versão da história — segundo ele, "a verdade dos fatos". Estava convencido de que tinha de "lavar sua honra", poder-se-ia dizer, da mesma forma que Euclides da Cunha. Dilermando fazia "parte de uma classe onde não podem ter força moral os que não defendem sua honra custe o que custar". Preocupava-se também com sua "próle já numerosa e crescente ainda" (1951:39). Sentia que sua descendência também fora maculada. Seus filhos "cresceram como vítimas dessa perseguição atroz contra Anna e Dilermando" (Andrade, 1987:284). A propósito, sua filha Judith recordava em um de seus depoimentos:

> veja, que eu e meus irmãos crescemos com aquele *estigma,* são filhos de Anna e Dilermando. Quando voltamos da ilha de Paquetá, já quase todos moços, *sofremos muita discriminação.* Éramos olhados como *filhos de um assassino e de uma mulher infiel*, traidora. Filhos de uma mulher vaidosa, e doidivana […].

> Quantas vezes lá mesmo na ilha de Paquetá, quando eu me aproximava de um grupo de meninas, pedindo para brincar também, elas se afastavam e diziam: não, mamãe não deixa. *Você é filha de assassino.* E os meus irmãos recebiam o mesmo tratamento (Andrade, 1987:284; grifos nossos).

Com a morte de Anna, Dilermando e Euclides, seus descendentes continuaram a lutar entre si para *lavar a honra* das respectivas famílias. E, por extensão, a honra de cada um de seus membros. Poder-se-ia dizer que as famílias Assis e Da Cunha tornaram-se rivais da mesma forma que os Montecchio e os Capuleto, da tragédia *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare. Também nela a vingança é o centro gravitacional da situação dramática (Polti, 1973). O embate entre duas pessoas converteu-se, em ambos os casos, numa luta entre famílias. Estas duelavam publicando livros com a finalidade de, exculpando-se, incriminar seus desafetos na tragédia da Piedade.

Os livros *Anna de Assis: história de um trágico amor* e *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna* são armas dessa contenda. O primeiro, escrito por Judith, filha de Anna e Dilermando, visava apagar na opinião pública a imagem demoníaca com que os jornais tinham carimbado sua mãe e seu pai. Apresentava as razões que tinham sido a força motriz das ações de Anna. Em contrapartida, retratava um Euclides diferente daquele imaginado pelo público, o homem visto por sua mãe.

Joel Bicalho Tostes escreveu, com Adelino Brandão, outra obra. Era um euclidiano do grêmio fundado em memória do grande escritor. Veio a integrar a família Da Cunha pelo seu matrimônio com Eliethe, neta de Euclides. Seu livro é dedicado às irmãs Eliethe da Cunha Tostes e Norma da Cunha Póvoa, que, "falecidas em 1989, sempre souberam defender a memória de quem realmente merece defesa" (1990:7). Os autores pretendiam o "desmascaramento de um livro medíocre". Afirmavam, nesse sentido, que as informações contidas na obra de Judith eram "absolutamente falsas", taxando de mentirosa a declaração de que Euclides tinha arrancado o menino Mauro dos braços da mãe, privando-o do seio materno. Por causa disso, a criança teria vindo a falecer com apenas sete dias de nascida, vítima de inanição. No mesmo diapasão, pintaram um retrato de Anna bem pouco lisonjeiro, como se pode ler no seguinte trecho:

> [...] o linguajar de Anna tem o sabor da linguagem de uma freira, de repetente cantando canções de bordel, no coro da capela; ou de uma "madame" que surgisse, por bruxaria, numa clausura de carmelitas, contando anedotas de suas meninas (Tostes & Brandão, 1990:139).

Caso viesse a existir uma terceira obra, para responder a esta, Tostes & Brandão declaravam, de antemão: "esperamos que estas páginas sejam suficientes. Mas se necessário, ou se assim nos forçarem os ousados caluniadores, nosso arquivo, mais uma vez, voltará a responder-lhes com novos documentos" (1990:9). Quando esse livro foi escrito, já tinham se passado 81 anos da morte de Euclides da Cunha, mas os descendentes brigavam como se tudo tivesse acontecido no dia anterior. A tragédia, portanto, não atingiu só os personagens que viveram num momento específico, mas ultrapassou gerações, suscitando discussões sobre valores e direitos.

Considerações finais

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha e Anna Emília Solon Ribeiro nasceram e viveram numa sociedade envolta em um conturbado e profundo processo de mudança. Ambos, pertencentes a um grupo descontente com o regime monárquico — visto como epítome do atraso —, ansiavam pela República, na qual viam a encarnação da vida civilizada e do progresso.

Como correspondente do jornal *A Província de São Paulo*, Euclides tinha presenciado ativamente o maior dos dramas sociais daquele tempo, a Guerra de Canudos. Do seu ponto de vista, esta ilustrava cabalmente o conflito entre a civilização, representada pelas tropas republicanas, e a barbárie, encarnada pelos jagunços de Antônio Conselheiro. Em 1901, em nota preliminar ao seu *magnum opus Os sertões: campanha de Canudos*, tinha escrito, a respeito desse embate: "a civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável 'força motriz da História' que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes" (Cunha, 1902 *apud* Coutinho, 1966:93).

Nesse contexto, Antônio Conselheiro representava, aos olhos de Euclides, o "grande homem pelo avesso":

> [...] o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores os caminhos da salvação. Satisfez-se sempre com esse papel de delegado dos céus. Não foi além. Era um servo jungido à tarefa dura; e lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionado pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível (Cunha, 1902 *apud* Coutinho, 1966:196).

Para Euclides, Conselheiro tinha todos os atributos de um grande homem, mas enviesados para a barbárie. Do nosso ponto de vista, diríamos que o próprio

Euclides era "o grande homem pelo direito", o herói nacional da República, isto é, da civilização.

Figuras 6 e 7: Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro

Fonte: Coutinho (1966: 92;145)

Se Conselheiro "era o profeta emissário das alturas que apontava o caminho da salvação, Euclides anunciava o futuro: "estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura" (1902 *apud* Coutinho, 1966:144). Da mesma forma que a "multidão aclamava" Conselheiro, "representante das suas aspirações mais altas", o mundo "civilizado" louvava em Euclides o emissário do evangelho laico.

Em 1897, esse arauto da civilização definiu a si mesmo, numa dedicatória poética a Lúcio de Mendonça, com os seguintes versos:

> Em falta de um *postkarte*, iluminura
> Que enquadre do que penso ou sinto a imagem,
> Em relevo, na artística moldura
> De um trecho fugitivo de paisagem —
>
> Aí vai, para saudá-lo no remanso
> De um lar, onde terá digno conchego,
> Este caboclo, este jagunço manso
> — Misto de celta, de tapuia e de grego…
> (*apud* Coutinho, 1966:656)

Esse "jagunço manso", esse mestiço que tinha um pé na tradição e outro na modernidade, viu-se repentinamente metamorfoseado em "jagunço bravo" com a traição de sua esposa. Não rompeu com o *script* cultural (Turner, 2008:11). Acabou agindo como faria provavelmente qualquer jagunço de Conselheiro, ou seja, qualquer sertanejo: vingando-se, lavando sua honra com as próprias mãos, da mesma forma que um bárbaro. Ele não fora, pois, civilizado; não se comportara civilizadamente, deixando ao Estado a tarefa de diminuir as contendas entre os seus súditos. Estava condenado à civilização, mas não se curvava às interjeições desta. Euclides submetera-se ao costume, mas Anna Emília recusou-se a fazê-lo. Quebrou as convenções, traindo o marido (Schehr, 2008) e dando margem a um escândalo.

No Brasil do início do século XX, havia "uma dupla moral sexual — que a homens permitia toda sorte de aventuras amorosas e da mulher esperava pureza, recato, dedicação incondicional ao marido, à casa e aos filhos" (Rocha-Coutinho, 1994:85). Era, pois, o adultério encorajado nos homens, mas reprimido nas mulheres (Schehr, 2008). Por isso, Anna, certa vez, escreveu: "homem não peca, por isso pode prevaricar [...]. Só os maridos têm honra a vingar" (Ribeiro sem/ano *apud* Tostes & Brandão, 1990:14). Desde o final do século XIX, porém, as mulheres desejavam homens que as percebessem também como amantes; que fossem mais do que pais zelosos e maridos provedores. Anelavam homens-amantes. Anna relatou, oportunamente, o que havia encontrado nos braços de Dilermando:

> Passei uma tarde gloriosa e feliz com D. em nosso ninho de amor. Dormi no ombro de Hércules, os meus suores se misturando aos seus suores. Nossos cheiros se misturando, me entontecendo, me transportando. O sol refulgindo lá fora. O calor. Ele me acaricia lentamente, e suas mãos musculosas e seus dedos fortes vão descobrindo os segredos que existem em mim (Tostes & Brandão, 1990:19).

Euclides, por sua vez, estava convencido de que sempre soubera satisfazer "todos os desejos" da sua esposa, pois sempre a amara e lhe fora fiel. Segundo ele,

> [...] minha mulher se queixou da profissão e trabalhos da vida que levei até aqui, e que me obrigou a meses de ausência... Neste caso, sua mãe, minha sogra... Meu sogro também era militar. Foi para [a] guerra do Paraguai, como tantos oficiais e soldados... Uma guerra que durou cinco anos... Neste caso, a mulher do meu sogro, todas as esposas dos soldados e oficiais que partiram para guerra, dos milhares que foram para só regressarem anos depois, [tinham] ficado liberadas para todas as aventuras... E as mulheres dos maridos que viajam embarcados, dos marinheiros, dos oficiais da Armada, dos que andam

> pelo mundo a serviço de sua pátria, seriam as mais libertinas das mulheres. Para elas, não haveria lar. Tudo ficaria reduzido a prostíbulos (Tostes & Brandão, 1990:54).

Anna quebrou o paradigma de comportamento da mulher virtuosa encarnado por sua mãe. Como se respondesse a Euclides, disse: "e se fosse ao contrário? Se as mulheres viajassem, como se portariam os maridos à espera?" Não por acaso ocorreu-lhe, nesse momento, o triste destino da Penélope de Ulisses, sobre o qual havia lido certa vez na escola.

> Minha mãe ficou uma porção de anos esperando meu pai, que partiu para a guerra, como na história de Ulisses. [...] Pobre Penélope. O marido podia dormir com quantas princesas ou escravas quisesse, lá por Tróia. Ela não. Tinha que se manter como se não tivesse nervos, carne, sangue, envelhecendo a fiar (Tostes & Brandão, 1990:14).

Parecia que nada poderia abalar seu amor por Dilermando. Nem mesmo a morte de Euclides Filho, quando este, num duelo travado com seu padrasto para "lavar a honra" de seu pai, foi abatido a tiros. Contudo, um deslize acabaria com a união do casal: Dilermando, uma espécie de Tristão da lenda céltica, o seu "deus grego", traiu-a. Nessa ocasião, Anna saiu de casa com os filhos, proferindo a seguinte frase, que ficou famosa: "você é o único homem que não tinha o direito de prevaricar" (Andrade, 1987:159). Levou anos sem falar com Dilermando. Numa conversa que os dois tiveram a portas fechadas, já no final de sua vida, não o perdoou. Negou-se a dar-lhe o beijo do perdão, isto é o beijo de amante, que ele havia implorado (Eluf, 2009).

Imbuída do espírito da modernidade, Anna colocou sua vontade acima de tudo (Guénon, 2001). Em suas declarações públicas, nunca apareceu como mulher arrependida, mas como uma romântica: "eu não errei, eu amei", dizia (Andrade, 1987:292). Colocou sempre o seu amor-paixão por Dilermando acima de tudo. Sacrificou o seu matrimônio, vinculo indissolúvel aos olhos da tradição.

Anna buscava a "inovação dos padrões" (Turner, 2008:13). Já Euclides não admitia perder a honra, valor que lhe era conferido pelo *ethos* vigente no patriarcado, e provavelmente reforçado pelo costume — absorvido nas mais diversas instituições sociais, da família ao exército, passando pela moral positivista burguesa, que o fortaleceu ainda mais (Hilton, 1974). Seguiu, portanto, o paradigma tradicional do *pater-família*. Anna, no entanto, aspirou ao amor, pois "só se ama uma vez na vida" (Andrade, 1987:292). Quebrou um paradigma e, ao mesmo tempo, tornou-se um. O dilema de ambos residia, portanto, nos seus interesses desencontrados.

Como que numa confiança cega em seus anseios mais profundos, Euclides e Anna passaram a agir em conformidade com eles. O ato de um implicava uma reação do outro, em nome do valor de que não podiam, de forma alguma, abrir mão. Nas palavras de Monteiro Lobato, eles foram "vítimas da deusa fatalidade" (1946 *apud* Andrade, 1987:179). O próprio Euclides, em carta ao poeta Vicente de Carvalho, parecia pensar a mesma coisa ao escrever-lhe: "quem definirá um dia essa maldade obscura e inconsciente das causas, que inspirou os gregos à concepção indecisa de Fatalidade?" (Andrade, 1987:84). Causas inconscientes encaminharam os dois no rumo da tragédia. E, como definia Hegel, com grande sagacidade e pertinência: "*Tragik ist der Konflict, nicht zwischen Recht und Unrecht, sordern zwischen Recht und Recht*".[11] Quanto a Euclides e Anna, ambos estavam plenamente convencidos de suas "razões", o que contribuía para tornar o trágico fato um acontecimento inelutável.

Recebido em 13/05/2014
Aceito em 27/09/2014

Arno Vogel é professor titular de antropologia do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (Lesce) e membro fundador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), onde dirigiu o Centro de Ciências do Homem. Atualmente é membro do Grupo Assessor Especial da Coordenação Geral de Cooperação Internacional (CGCI/Capes) e do corpo editorial de AVÁ Revista de Antropologia e Cuaderno Urbano, na Argentina; e de Antropolítica e Anthropológicas, no Brasil. Contato: arnovogel17@gmail.com.

Regiane Ferreira é Mestre em Sociologia Política (UENF) e assistente do Prof. Dr.Arno Vogel. Atualmente, está ministrando as disciplinas: Antropologia I, Antropologia III e Antropologia IV do curso de graduação em Ciências Sociais (UENF). Em 2014, organizou e ministrou, ao lado do professor Dr. Arno Vogel, o minicurso *Euclides da Cunha: Glória e Tragédia* (UENF). Contato: regianesilfer@ gmail.com.

Notas

1. “Uma performance acontece enquanto ação, interação, e relação. Deste modo, uma pintura, um romance” — do mesmo modo os noticiários de jornais — podem ser performativos ou serem analisados ‘enquanto’ performances” (Schechner, 2011:4).

2. A tradução portuguesa foi publicada pela Fundação Calouste Goulbenkian, de Lisboa, em 1971.

3. No Brasil, a prática do adultério já foi capitulada como crime no artigo 240 do Código Penal, revogado em 2005 pela Lei 11.106. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/7871/adulterio-traicao-e-dano-moral>. Acesso em: 13/12/2013.

4. Para explicar a morte da criança, há dois relatos: (1) depoimento de Judith, filha de Anna: “[Anna] implorava para que ele lhe entregasse a criança, mas o marido não cede aos seus suplícios. O pequeno Mauro faleceu e foi enterrado por Euclides no quintal da casa. Ele mesmo comunica a morte do menino à esposa, que o chama de assassino. A criança morreu porque fui impedida de amamentá-la. Perdi meu filho que morreu de inanição” (Andrade, 1987:54); (2) depoimento de Norma Cunha, neta de Euclides. “A versão veiculada no capítulo 7 do livro de Anna de Assis, às páginas 53 e 54, é não somente aberrante, mas falsa. Segundo os autores, Anna teria deixado Euclides enterrar o cadáver do filho no quintal da casa, silenciando o crime, ocultando o cadáver e nada dizendo à polícia nem ninguém até a morte” (Tostes & Brandão, 1990:27).

5. Há duas afirmações contraditórias sobre a paternidade de Luis. De um lado, Tostes, marido da neta de Euclides da Cunha, sustenta que o menino é filho de Euclides. Do outro lado, Judith, filha de Anna, afirma que de Dilermando é o pai.

6. Palavras que lhe eram atribuídas por Dilermando.

7. Euclides teria confessado ao seu amigo Coelho Netto depois de uma sessão de cinema, enquanto discutiam o filme. Eloy Pontes, infelizmente, não disse o nome do filme.

8. No romance *Colomba*, de Merimée (1965), a personagem feminina, Colomba, tem a obrigação de le'mbrar ao homem da família, Orso, a necessidade de vingar a morte do pai. As mulheres não podem “lavar a honra”, mas são encarregadas de lembrar os que têm o dever de fazê-lo.

9. Ambos os casos são relatados e comentados no livro *Grandes advogados, grandes julgamentos: no júri e noutros tribunais*, de Paulo Filho (2004). Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/institucional/grandes-causas/as-mortes-de-euclides-da-cunha-e-seu-filho>. Acesso em: 15/02/2014.

10. Vítimas os bodes expiatórios foram os animais; o sacrificante é o “sujeito que recolhe assim os benefícios do sacrifício ou sofre seus efeitos”. Pode ser “um indivíduo, uma coletividade, família, clã, tribo, nação ou sociedade secreta”; e “o sacrificador é o sacerdote, o mediador entre a massa e a vítima” (Mauss & Hubert, 1999:159).

11. Dessas palavras resulta que “a tragédia não é o embate entre certo e errado, mas entre um direito e outro direito”.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Jeferson. 1987. *Anna de Assis: história de um trágico amor.* Rio de Janeiro: Codecri.

APPIAH, Kwame Anthony. 2012. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. São Paulo: Companhia das Letras.

ASSIS, Dilermando de. 1916. *Um conselho de guerra. A morte do aspirante de Marinha Euclides da Cunha Filho — defesa do tenente Dilermando Cândido de Assis*. Rio de Janeiro: Tipografia dos Anaes.

______. 1951. *A tragédia da Piedade: mentiras e calúnias de "A vida dramática de Euclides da Cunha"*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

BALZAC, Honoré de. 2013. *A mulher de trinta anos*. São Paulo: Martin Claret.

BOURDIEU, Pierre.2002. "O Senso de Honra" In: CORRÊA, Mariza (org). *Ensaios sobre a África do Norte.* Campinas: Editora da Unicamp: IFCH.

BRANDÃO, Junito de Souza. 1991. Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega. Petropolis: Vozes.

CAIRNS, Douglas. 2011. "Honour and Shame: Modern Controversies and Ancient Values". Critical Quarterly 1(53):23-41.

CANETTI, Elias. 1983. *Massa e poder*. São Paulo: Universidade de Brasília.

CARVALHO, Olavo de. 1995. *O jardim das aflições.* Rio de Janeiro: Diadorim.

COUTINHO, Afrânio. 1966. *Euclides da Cunha: obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar. (Volume I e II).

DAMPIERRE, Eric de. 1954. «Thémes pour l'étude du scandale». *Annales*, 3(9):328-336.

ELUF, Luiza Nagib. 2009. Matar ou Morrer: o caso de Euclides da Cunha. São Paulo: Saraiva Jurídico.

FAORO, Raimundo. 1974. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GLUCKMAN, Max. 1963. "Gossip and Scandal". *Current Anthropology*, 4(3):307-316.

GUÉNON, René. 2001. *La crisis del mundo moderno*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidos; Orientalia.

HILTON, Ronald. 1974. “Positivism in Latin America”. In: Philip P. Wiener (ed.). *Dictionary of the History of Ideas: Studies of Selected Pivotal Ideas*. New York: Charles Scribner’s Sons. pp. 539-545.

LIMA, Luiz da Costa. 2000. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Contraponto: Rio de Janeiro.

MARTINS, Wilson. 1996. *História da inteligência brasileira (1897-1914)*. São Paulo: T. A. Queiroz.

MAUSS & HUBERT, 1999. *Ensaio sobre a Natureza e a Função Social do Sacrifício.* In: MAUSS, Marcel. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva.

MÉRIMÉE, Prosper. *Colomba*. 1965. Paris: Bordas.

MOXNES, Halvor. 1993. “Honor and Shame”. *A Journal of Bible and Theology*. 1(23):19-40. Disponível em: < http://g.christianbook.com/g/pdf/hp/1565634101-ch01.pdf> Acesso em: 07/04/2015.

OLTRAMARI, Leandro Castro. 2009. “Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura”. Psicologia em Estudo. 4(4):669-677.

PERISTIANY, Jean G. 1971. *Honor and Shame, the Values of Mediterranean Society.* Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian.

PERISTIANY, Jean G. & PITT-RIVERS, Julian (org.). 1992. *Honor and Grace in Anthropology*. New York; Port Chester; Melbourne; Sydney:Cambridge University Press.

PETERS, Edward. 1985. *História da tortura*. Lisboa: Teorema.

PITT-RIVERS, Julian. 1968. “Honor”. In: David L. Sills (ed.). *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. New York: Macmillan, pp. 514-520.

______. 1977. *The Fate of Schechem or the Politics of* Sex*: Essays in the Anthropology of the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press.

POLTI, Georges. 1973. *The Thirty-Six Dramatic Situations.* Boston: The Writer.

PONTES, Eloy. 1938. *A vida dramática de Euclydes da Cunha.* 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. 1994. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.

SCHECHNER, Richard. 2011. *O que é performance?*In:_. Performance studies: an introduccion, second edition. New York & London: Routledge, p.28-51. Disponível em: < http://www.performancesculturais.emac.ufg.br/up/378/o/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf> Acesso em: 07/04/2015.

SCHEHR, Sébastien. 2008. Traîtres et trahisons de l' Antiquité à nos jours. Paris: Berg International.

TOSTES, Joel Bicalho & BRANDÃO, Adelino Marques da Silva. 1990. *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

TURNER, Victor. 1982. *From Ritual to Theatre: the Human Seriousness of Play*. New York: PAJ.

______. 2008. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Resumo

A "tragédia da Piedade", o grande drama social republicano do início do século XX, que envolveu toda a sociedade brasileira de 1909, é o objeto desta pesquisa, cujo tema é o valor da honra. O cenário dessa tragédia foi o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e seu palco, o subúrbio da Piedade. O escritor Euclides da Cunha foi uma das *dramatis personae* do acontecimento, ao lado da sua esposa, Anna Emília, e do amante dela, Dilermando de Assis. Euclides, famoso pelo seu *opus magnum Os sertões: campanha de Canudos*, diante da traição de sua esposa, tomou a decisão de *lavar sua honra com sangue*. No duelo, contudo, foi morto por Dilermando. O homicídio do marido traído pelo amante de sua esposa tornou-se um escândalo, suscitando, como problema de pesquisa, o custo social do valor da honra.

Palavras-chaves: honra, traição, tragédia, drama social, brasil republicano.

Abstract

This article is about the 'tragédia da Piedade'. Its main theme is honor and its social costs. It analyzes a criminal case which happened in Brazil at the beginning of the twentieth century, when the Republican regime was just finishing its first decade of existence. The *dramatis personae* of the tragedy involved Brazil's most famous writer, Euclides da Cunha, the renowned author of *Os Sertões: Campanha de Canudos*. He lived in a society which was changing, and where patriarchal tradition and State Law coexisted side-by-side. When Euclides' wife, Anna Emília, betrayed him, he reacted as a traditional male would have done. He decided to wash his honor with blood. But, in the showdown with the young lover of his wife, Dilermando de Assis, he was killed by his opponent, unleashing a full-blown social drama which shook the very foundations of the whole society of Rio de Janeiro, the capital of Brazil at the time. The case, which reached its peak in a neighborhood called 'Piedade', became something of a national scandal about honor and shame, guilt and vengeance.

Key-words: honor, betrayal, tragedy, scandal, brazilian republic period.